

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES/SERVIÇOS****1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1 AQUISIÇÃO, sob demanda, DE TESTES: GRAVIDEZ (TIG), COVID-19, DENGUE E UREASE PARA H. PYLORI para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica, Subsecretaria de Atenção Básica - Laboratório da Policlínica Sylvio Henrique Braune, Estratégia de Saúde da Família, Hospital Municipal Raul Sertã e Laboratório de Análises Clínicas – Hospital Municipal Raul Sertã e pelo período de 1 (um) ano, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas na Requisição inserida aos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Subsecretaria de Atenção Básica, Subsecretaria de Atenção Básica - Laboratório da Policlínica Sylvio Henrique Braune, Estratégia de Saúde da Família, Hospital Municipal Raul Sertã e Laboratório de Análises Clínicas – Hospital Municipal Raul Sertã;
1.3	Fundamentação legal:	Pregão Eletrônico, via registro de preço, nos termos da Lei nº14.133/21;
1.4	Período:	01 (um) ano a contar da assinatura da Ata de Registro de Preço.
1.5	Tipo:	Menor preço por item nos termos da Lei 14.133/21;

1.6. Aquisição, sob demanda, DE TESTES: GRAVIDEZ (TIG), COVID-19, DENGUE E TESTE UREASE PARA H. PYLORI nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMA T	ESPECIFICAÇ ÃO	U/C	SAB	SAB/ LAB.	ESF	HMRS	HMRS/ LAB.	TOTAL
1	356905	Teste imunológico em tiras para gravidez (TIG) na urina e sensibilidade 25 UI OS TESTES IMUNOLÓGICOS PARA GRAVIDEZ (TIG) NA URINA E SENSIBILIDAD	Unid.	198		388			586



		E 25 UI DEVERÃO SER ENTREGUES COM A VALIDADE DE PELO MENOS 12 MESES							
2	467047	Teste rápido qualitativo antígeno coronavírus covid-19	Teste		5.460			16.000	21.460
3	353742	Teste Rápido para Dengue IgG/IgM-	Teste					6.000	6.000
4	412589	Teste rápido para Dengue NS1-	Teste					6.000	6.000
5	479268	Teste urease para H. Pylori com 50 unidades	Caixa				21		21

1.6.1. A aquisição, sob demanda, DE TESTES: GRAVIDEZ (TIG), COVID-19, DENGUE E TESTE UREASE PARA H. PYLORI visa atender a demanda da Subsecretaria de Atenção Básica, Subsecretaria de Atenção Básica - Laboratório da Policlínica Sylvio Henrique Braune, Estratégia de Saúde da Família, Hospital Municipal Raul Sertã e Laboratório de Análises Clínicas – Hospital Municipal Raul Sertã pela alta demanda período de 1 (um) ano.

1.6.1.1.Subsecretaria de Atenção Básica:

TESTE DE GRAVIDEZ (TIG)

A captação precoce das gestantes é muito importante para o cumprimento da meta de realização de, no mínimo, 6 consultas de pré-natal (com a primeira até 12 semanas de gestação) como preconiza o Ministério da Saúde. O TIG deverá estar disponível na policlínica Sylvio Henrique Braune, posto de saúde Waldir Costa, posto de saúde Tunney Kassuga, Unidade Básica de saúde São Geraldo e Unidade Básica de Saúde Cordoeira, no município de Nova Friburgo pelo período de 1 (um) ano.

1.6.1.2. Subsecretaria de Atenção Básica – Laboratório da Policlínica Sylvio Henrique Braune:

TESTE DE COVID-19

A aquisição dos testes rápidos de covid-19 para atender a demanda do laboratório da policlínica Sylvio Henrique Braune. A quantidade de testes solicitados foi baseada na estatística dos exames realizados em 2023, uma média de 4.200 testes. Foi acrescentado um percentual 30% de margem de segurança, tendo em vista o atual cenário de aumento de casos de covid-19.

Ressalta-se que não há o histórico de consumo, pois os testes de COVID eram encaminhados pela Secretaria de Estado (SES).

1.6.1.3. Estratégia de Saúde da Família:

TESTE DE GRAVIDEZ (TIG)

Teste imunológico para gravidez (TIG) na urina - A captação precoce das gestantes é muito importante para o cumprimento da meta de realização de, no mínimo, 6 consultas de pré-natal (com a primeira até 12 semanas de gestação) como preconiza o ministério da saúde. O TIG deverá estar disponível nas 20 (vinte) equipes das Estratégias de saúde da família do município de Nova Friburgo pelo período de 1 (um) ano.

1.6.1.4. Laboratório de Análises Clínicas - Hospital Municipal Raul Sertã:

2.6.1. COVID -19 / DENGUE

O quantitativo de testes de COVID 19 solicitado foi extraído do faturamento mensal onde foram informados os exames supracitados realizados no Laboratório do Hospital Municipal Raul Sertã. Considerando o aumento de casos positivos para COVID 19 e surgimento de pacientes com sinais e sintomas para a doença, torna-se necessário o diagnóstico rápido e preciso através de testes rápidos. Os principais sintomas da doença incluem febre, tosse e dificuldade respiratória.

O quadro clínico nos pacientes mais graves assemelha-se mais a um quadro de pneumonia do que a uma gripe, quando se tem a transmissão comunitária do vírus, a identificação rápida dos pacientes com quadro de síndrome gripal, seja na atenção primária à saúde, seja em hospitais e posterior isolamento, são medidas importantes para conter a disseminação. Casos mais graves quando identificados e confirmados através da testagem são identificados pelo médico e estabilizados, no caso de pacientes internados é de extrema importância a rápida identificação uma vez que podem gerar a contaminação de alas médicas inteiras, onde se tem pacientes com graves comorbidades. Os **exames diagnósticos, incluindo os testes rápidos, podem desempenhar um papel fundamental no processo de triagem e diagnóstico**, em que pacientes infectados com coronavírus e diversas outras infecções respiratórias virais, podem se apresentar concomitantemente, apresentando quadro semelhante de síndrome gripal.

O diagnóstico rápido que detecta a presença de antígeno é útil na fase aguda da doença, desafiando as filas nos hospitais e auxiliando nas tomadas de decisões imediatas, como o isolamento do paciente positivo, evitando assim que o paciente contaminado tenha acesso as demais unidades hospitalares levando a contaminação a outros pacientes e profissionais de saúde.

A pesquisa de antígeno é possível detectar a partir do 2º dia após o aparecimento dos sintomas. E em caso de pacientes assintomáticos que precisam ser internados na unidade hospitalar é possível realizar o teste implicando que o paciente seja internado no setor correto evitando contaminações de terceiros e mesmo a sua própria contaminação caso o teste seja negativo e seja internado em área COVID.

Cabe ressaltar que, existem patologias que podem ser confundidas com os sintomas do COVID como pneumonia, H1N1, dentre outras por isso a necessidade de um teste de diagnóstico precoce.

O quantitativo de testes de DENGUE solicitado foi extraído do faturamento mensal desse ano de 2024 com o surgimento da **EPIDEMIA DE DENGUE**, meses de janeiro e fevereiro de 2024, uma vez que não se tinham aumento de casos desde a última epidemia em 2016, os casos que surgiram ao longo dos outros anos eram esporádicos.

Diante da frequência e da magnitude com que as epidemias de Dengue em 2024 vêm aumentando no Brasil, seu diagnóstico precoce e o tratamento oportuno tornam-se ainda mais fundamentais. O número de casos de dengue no Brasil pode chegar a 5 milhões, em 2024, segundo estimativa do **Ministério da Saúde**. O exame de dengue é de suma importância, pois é o único método que oferece um diagnóstico preciso da doença, visto que seus sintomas muitas vezes são inespecíficos e podem ser confundidos com outras doenças. Embora ainda não exista um tratamento específico para dengue, obter um diagnóstico correto é crucial.

A respeito dos testes de covid-19 e dengue, a aquisição se faz necessária ainda, devido aos referidos insumos não estarem sendo fornecidos pelo Estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que, para solicitar o quantitativo, foi realizada a soma de todos os testes realizados no ano de 2023 mês a mês dando o total de 15.582 testes. O valor de 16.000 testes é devido a maioria das caixas de testes vir com a configuração de 20 ou 25 testes, caso seja um valor abaixo não se pode abrir a caixa e enviar o teste avulso, pois para a realização do teste utiliza-se a solução que vem junto ao kit e vem a quantidade exata para a quantidade de testes na caixa. Leva-se em consideração também que, alguns testes no momento da realização não aparecem a linha controle indicando que o teste é inválido para leitura, levando obrigatoriamente a repetição do teste, sendo assim, pode ocorrer aproximadamente 2 a 3% de repetição.

Foi considerado o ano de 2023 para o quantitativo de testes a serem solicitados, devido a OMS - Organização Mundial de Saúde indicar sobre a Covid-19 que o momento é de transição do modo de emergência para continuação do enfrentamento à doença por meio de prevenção e controle. Mesmo sendo um ano de controle foram realizados 15.582 testes apenas na Unidade de Saúde Raul Sertão.

O protocolo para controle da doença e identificação imediata para não causar contaminação nos demais pacientes.

Foi informada a quantidade de testes que havia em estoque para uso durante o mês de março, para que medidas fossem tomadas.

Frisa-se que, conforme o memorando datado no dia 03/06/2024, não há mais testes em estoque. Foram realizados no mês de março: 1.916 testes e abril: 1.193 testes totalizando 3.109 testes, o que ultrapassou o quantitativo em estoque. Existem testes sendo enviados para realização na Unidade Hospital Maternidade.

Referente aos testes de Dengue eles são divididos em dois tipos de testes NS1 e IGM/IGG.

O quantitativo informado na estatística engloba os dois tipos de testes NS1 e IGM/IGG. Sendo realizados os dois tipos de testes, o NS1 utilizado para o 2º ao 5º dia de sintomas e IGM/IGG do 5º ao 9º dia de sintomas, assim o médico consegue avaliar e orientar o melhor tratamento para início ou progressão da doença.

A epidemia de dengue de 2024 foi considerada a maior dentre 17 anos da série histórica desde o surgimento da doença. A dengue possui padrão sazonal, com aumento do número de casos e o risco para epidemias principalmente entre os meses de outubro de um ano a maio do ano seguinte. Os dados de exames realizados no HMRS já revelam uma queda no número de casos e estabilidade o que já era previsto pelo Ministério da Saúde com a queda das temperaturas e diminuição das chuvas. Porém, é necessário traçar metas para o combate do vetor transmissor da doença e em casos do surgimento de sintomas ser diagnosticado o quanto antes através da realização dos testes em conformidade com a clínica do paciente.

Realizados em janeiro: 795 testes NS1 e 795 IGM/IGM; fevereiro: 1.270 testes NS1 e 1.270 testes IGM/IGG; março: 3.412 testes NS1 e 3412 testes IGM/IGG; abril: 2.996 testes NS1 e 2.996 testes IGM/IGG; maio: 1.467 testes NS1 e testes 1.467 IGM/IGG.

A estimativa para pedido de testes foi feita de 50% em cima da média dos 2 primeiros meses do início da epidemia, vezes 12 meses (1 ano), chegamos no valor de 6.000 testes devido configuração de caixas serem iguais como ocorrem nos testes de COVID.

A quantidade de testes é uma estimativa do que será gasto após uma grande epidemia de Dengue com surgimento de casos durante o declínio da doença e possível retorno a partir do mês de outubro de 2024 com a chegada das chuvas até maio de 2025 com a chegada do verão.

1.6.1.5. Hospital Municipal Raul Sertã:

TESTE UREASE PARA H. PYLORI

Para suprir as necessidades dos Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 1 (um) ano. A aquisição do objeto possui a finalidade de identificação da bactéria *Helicobacter Pylori* em mucosa gástrica colhida através de biópsia nos exames de endoscopia, sendo material indispensável e essencial à rotina desta unidade. O quantitativo teve como base o consumo estimativo em uma média de histórico de utilização dos últimos 2 (dois) anos.

1.7 A aquisição a contratar é enquadrada como bem comum, não sendo considerada bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

1.8 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 9.049/2024.

1.9 O prazo de vigência da contratação será 1 (um) ano, a partir da data da publicação do da Ata de Registro de Preços ser prorrogada por igual período, conforme dispõe o art. 84 da lei nº 14133/21.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência, estando os quantitativos pormenorizados no subitem 1.6.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 Tendo em vista a **AQUISIÇÃO**, sob demanda, **DE TESTES: GRAVIDEZ (TIG), COVID-19, DENGUE E TESTE UREASE PARA H. PYLORI**, para atender as necessidades da Subsecretaria de Atenção Básica, Subsecretaria de Atenção Básica - Laboratório da Policlínica Sylvio Henrique Braune, Estratégia de Saúde da Família, Hospital Municipal Raul Sertã e Laboratório de Análises Clínicas – Hospital Municipal Raul Sertã pelo período de 1 (um) ano, devem os itens atender rigorosamente as

especificações que estão pormenorizadas no “subitem 1.6” deste instrumento e no item 8 do Estudo Técnico Preliminar que encontram-se acostados nestes autos a fim de garantir a qualidade da aquisição, senão, vejamos:

3.2. A “descrição da solução como um todo” está pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (item 8) constante nos autos do processo licitatório, bem como, as especificações técnicas do objeto estão pormenorizadas no “subitem 1.6” deste instrumento.

3.3. A aquisição a contratar é enquadrada como bem comum, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado.

3.4. Portanto, a solução mais viável para a presente aquisição, considerando as especificações dos itens e a necessidade de abastecimento da unidade encontra Fundamentação Legal com Pregão Eletrônico, via Registro de Preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário.

3.4.1. Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de equipamentos, inclusive suas partes e acessórios, com finalidade médica, odontológica, laboratorial ou fisioterápica, utilizados direta ou indiretamente para diagnóstico, tratamento, reabilitação e monitoração em seres humanos, e equipamentos com finalidade de embelezamento e estética que, nos termos da Portaria INMETRO nº 384, de 18 de dezembro de 2020, cumpram os Requisitos de Avaliação da Conformidade e as Especificações para o Selo de Identificação da Conformidade para Equipamentos sob Regime de Vigilância Sanitária – Consolidado, fixados, respectivamente, nos Anexos I e II, disponíveis em <http://www.inmetro.gov.br/legislacao>. (Encontram-se excluídos do escopo de abrangência desses Requisitos os equipamentos que não se enquadram na RDC Anvisa nº 549, de 31 de agosto 2021 ou substitutiva. Para os equipamentos que se enquadram, o Selo de Identificação da Conformidade do INMETRO será compulsório e deverá vir afixado no equipamento). Em relação aos produtos cuja certificação é voluntária, é

possível exigir o cumprimento dos requisitos técnicos previstos em normas do INMETRO, mas não se pode obrigar a apresentar a certificação do INMETRO (podem ser apresentadas certificações equivalentes);

4.2. Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013;

4.3. Atender às solicitações nos prazos estipulados;

4.4. Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitante;

4.5. Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência;

4.6. Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, e/ou vida útil, aos itens aplicáveis;

4.7. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

4.7.1. Não cabe para o objeto do presente;

4.8. Exigência de amostra:

4.8.1. Não cabe para o objeto do presente;

4.9. Da vedação de contratação de marca/produto:

4.9.1. Não cabe para o objeto do presente;

4.10. Exigência de carta de solidariedade:

4.10.1. Não cabe para o objeto do presente;

4.11. Exigência de garantia de contratação:

4.11.1. Não cabe para o objeto do presente;

4.12. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

O prazo de entrega do objeto é de no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho, sob demanda, conforme conveniência e necessidade da unidade requisitante;

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior;

5.3. A Contratada deverá proceder com a entrega do objeto nos locais e horário arrolados abaixo:

- Subsecretaria de Atenção Básica/Estratégia de Saúde da Família: Almoxarifado Central – Av. Conselheiro Julius Arp, nº 80, 2º andar – Centro – Nova Friburgo. Respeitando os dias de entrega, de segunda a quinta-feira, no horário de 09:00h às 16:00h;
- Subsecretaria de Atenção Básica - Laboratório da Policlínica Sylvio Henrique Braune: Rua Plínio Casado, s/nº, Suspiro, Nova Friburgo, no horário de 07:00h às 16:30h;
- Hospital Municipal Raul Sertão: Almoxarifado HMRS – Rua General Osório, nº 324, Centro, Nova Friburgo. De segunda-feira a sexta-feira, no horário de 8:00h às 16:00h;

5.4. Os materiais serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

5.5. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.6. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;

5.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

5.9. Não cabe para o objeto do presente, prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal.

5 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21).

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).



6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

6.3.1 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.3.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

6.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.6. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a



Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

6.10. O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma do disposto no capítulo VI do título III da Lei Federal nº14.133/21.

6.11. Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

6.12. O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.13. O(s) fiscal(is) designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.14. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.15. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão.

6.16. Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

6.16.1 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

6.16.2. Efetuar os pagamentos devidos, nos prazos estabelecidos, à contratada;

6.16.3. Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

6.16.4. Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

6.17. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:



6.17.1. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘g’, da Lei nº 14.133/2021)

7.1 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em nome de: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79 - AVENIDA ALBERTO BRAUNE, Nº 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.**

7.2 Todos os materiais deverão ser entregues nos endereços apontados no item 5.2 deste Termo de Referência.

7.3 Da liquidação da despesa:

7.3.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2493, de 07 de novembro de 2023. https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html.

7.4 Do pagamento da despesa:

7.4.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais; FGTS; PGE – referente à Dívida Ativa Estadual; Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual CND – referente ao ICMS.

7.4.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.4.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

7.4.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

7.4.5 O pagamento será efetuado pelo Município de Nova Friburgo mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia corrido, a contar da atestação da

Nota Fiscal apresentada pela contratada, desde que cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, e de acordo com o Decreto Municipal nº 2493, de 07 de novembro de 2023.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, conforme fundamentação legal previstas nos subitens 1.3 e 1.5 deste Termo de Referência.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.4 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.5 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.6 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.7 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.12.1 Habilitação Jurídica;

A) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

B) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

C) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

D) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

E) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

F) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

G) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

H) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

I) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do

Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

8.12.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.12.1.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.1.3 - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.12.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

8.12.1.5 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

8.12.1.6 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.12.1.7 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

(RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.12.1.8 - Prova De Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal –CEF.

8.12.1.9 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.13 - Dos benefícios fiscais da ME'S, EPP'S e EQUIPARADAS na fase de habilitação:

8.13.1 - A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato ou retirada de nota de empenho, no entanto, por ocasião da participação neste certame licitatório, deverão apresentar toda a documentação exigida para tanto, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.13.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço no certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.13.3 - Falta de regularização da documentação no prazo estabelecido neste edital implicará a decadência do direito à contratação e a aplicação de sanção administrativa, conforme previsto neste edital e na Lei 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para celebrar a contratação, na ordem de classificação, cancelar o item ou revogar a licitação.

8.14 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.14.1 - Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua



participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Se-
ges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.14.2 - Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do
fornecedor, há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela
constar o prazo de validade. - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.14.3 - Para a licitante sediada na Cidade de Nova Friburgo, esta prova será feita
mediante apresentação de certidão emitida pelo único Distribuidor Oficializado
desta Comarca.

8.14.3.1 - A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderão
apresentar, juntamente com as certidões exigidas, declaração passada pelo foro de
sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios
de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas. A
declaração poderá ser solicitada como documento complementar pelo pregoeiro.

8.14.4 - No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo
relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apre-
sentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra
o feito em juízo.

8.15 - Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de
processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação ex-
trajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exi-
gida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado
pelo Juízo competente.

8.16 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10%
(dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da
parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apre-
sentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através
de índices oficiais.

8.17 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

8.17.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade
tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com



o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.17.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.17.2.1 - Alvará Sanitário de Licença de Funcionamento da empresa proponente, fornecida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal, conforme disposto na Lei Federal 6.360/76, no artigo 2º do Decreto Federal nº 8.077/2013.

8.17.2.2 - Certidão de Regularidade junto a entidade profissional competente, conforme o caso (CRBIO, CRF, CRBM, CRM, CRQ), da empresa licitante, com prazo de validade em vigor, conforme exigência do artigo 67, da Lei 14.133/2021.

8.17.2.3 - Cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, pertinente ao objeto licitado, contendo o número de Registro do Ministério da Saúde ou cópia do Diário Oficial da União, expedida pela ANVISA, legível, devendo ser destacada a informação referente à empresa, conforme artigo 2º da Lei Federal nº 6.360/76 e artigo 3º da Resolução RCD nº 16/2014, quando aplicável.

8.17.3 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.17.4 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.17.5 - Os documentos de qualificação solicitados poderão ser analisados por Comissão Técnica da Secretaria Municipal de Saúde, composta por farmacêuticos habilitados que compõem o quadro da assistência farmacêutica.

8.17.6 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9 OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES:

9.1 Da Contratada:

- a) atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do Contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;



- b) ao fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- c) responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;
- d) reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- e) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;
- f) apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;
- g) não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- h) manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- i) a estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- j) responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;
- k) responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- l) mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;
- m) manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

9.2 Da Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;
- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.



10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21.

10.1.1 Comete infração administrativa a contratada que:

10.1.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 advertência;

10.3.2 multa;

10.3.2.1. compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.3.2.2 compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;



10.3.2.3. moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.2.4. moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.3.3 impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4. Impedimento de contratar ou licitar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.6 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.7. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa;

10.8. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'I', da Lei nº 14.133/2021).

11.1. A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório ou contratação direta será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023 https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_66_Rotina-Administrativa-NLL-141332021.html.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'J', da Lei nº 14.133/2021).

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:



Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Subsecretaria de Atenção Básica / Estratégia da Saúde da Família	30001.10.301.0083.2.194	1600	33.90.30.08
Subsecretaria de Atenção Básica – Laboratório da Policlínica Sylvio Henrique Braune	3001.10.301.0083.2.193	1600	33.90.30.31
Hospital Municipal Raul Sertã	30001.10.302.0085.2.202	1600	33.90.30.08
Laboratório de Análises Clínicas - Hospital Municipal Raul Sertã	30001.10.302.0085.2.202	1600	33.90.30.31

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Termo de referência elaborado por este subscritor auxiliado pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Saúde.

Nova Friburgo/RJ, 04 de Junho de 2024.

ELABORADOR:	APOIO TÉCNICO:
_____	_____
Hanna de Paula Delatorre Costa Gestão de Processos, Contratos e Convênios	Alexandra Rodrigues Barbosa Subsecretária de Atenção Básica Apoio Técnico
Matr.: 063.414	Matr.: 299.038
_____	_____
_____	Leslie da Conceição Moura Subsecretário de Atenção Hospitalar Apoio Técnico
_____	Matr.: 207.520
_____	_____
_____	_____

	Amanda O. G. Quima Coordenadora de Laboratórios
	Matr.: 063.295

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário Municipal de Saúde
Matr.: 063.454